

A agricultura moderna em Ipumirim (1970-1980)★

*Marta Biesdorf**
Milton C. P. Amador****

O município de Ipumirim está localizado na região meio-oeste catarinense, atualmente pertence à região da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense). Foi desintegrado de seu município-mãe (Concórdia) no ano de 1963, desde essa época vem construindo um espaço de desenvolvimento local independente. Tal construção resulta do tipo de ocupação e da concepção socioeconômica e cultural efetivada pelos sujeitos sociais (colonos) que ocuparam o referido espaço a partir do projeto de colonização estabelecido em Ipumirim nos anos de 1926.

Estes migrantes trouxeram na “bagagem” um novo modelo de produção agrícola, essencialmente voltado para a ocupação e exploração da terra. A concentração de famílias no espaço rural caracterizava o município pela ocupação em minifúndios (propriedade rural excessivamente reduzida que suporta apenas a manutenção do proprietário e sua família), nos quais o desenvolvimento econômico era singular a estas pequenas propriedades. A sobrevivência dos colonos acontecia através da policultura. Desenvolviam-se plantações de cereais em áreas já limpas, como milho, arroz, feijão, trigo, e criação de suínos, bovinos, caprinos e aves, além do cultivo da mandioca, da batata, amendoim, abóboras, além do cultivo de árvores frutíferas e hortaliças. O cultivo de vários produtos era necessário, pois caso um falhasse, o outro garantiria a sobrevivência.

Conquistar a terra pelo cultivo significava vencer, manter e criar a família, geralmente numerosa. O rotineiro trabalho do campo era a situação presente dos pais e o futuro evidente dos filhos. E foi justamente por isso que estas famílias centraram suas forças em atividades rentáveis economicamente (produção de excedentes).

Devido ao manejo rudimentar aplicado e ao tipo de mão-de-obra empregada, esta prática agrícola é conhecida como agricultura tradicional, ou agricultura familiar.

Tal realidade perpetuou na região até meados de 1970, quando, por exigências do capital, o setor agrícola foi modernizado para compatibilizar os índices de produtividade com a demanda do mercado. Isso tudo determinou mudanças no setor agrícola e na estrutura familiar, até então amplamente presente na região. A crise eminente neste período, determinou uma outra configuração aos campos de todo o país. O campo social deixou transparecer graves consequências por causa das novas imposições. A principal delas foi a descapitalização e exclusão do pequeno produtor a partir do momento em que se padronizou a produção agrícola. O modelo implementado “desqualificou o conhecimento de milhões de trabalhadores, colocado-os como produtores marginais” (CEDI/CRAB, 1996, p.37 apud MARCHESAN, 2003, p.102), e os impulsionou para a última fronteira da expansão agrícola ainda existente na região: os centros urbanos.

Como a dinamização econômica do município de Ipumirim, historicamente havia sido baseado na atividade agrícola, a transição da agricultura familiar para a agricultura moderna merece destaque. Por isso, o período que segue de 1970 a 1980 será o nosso foco de estudo, pois corresponde a abertura de um amplo leque de estratégias aberto sobre o modo de produção familiar no qual, determinado pela padronização das empresas agroindustriais, os protagonistas não foram os maiores beneficiados.

A agricultura familiar¹ em Santa Catarina

O modo de produção baseado na agricultura familiar foi desenvolvido no oeste de Santa Catarina a partir de 1920, mantendo as mesmas características até meados da década de 70. Seu objetivo inicial era fornecer tudo para o consumo interno, a sustentação da família acontecia exclusivamente pela força de seus componentes.

Todos os membros da família participavam do processo produtivo de acordo com a disponibilidade de mão-de-obra. Era uma divisão

técnica, feita a partir das condições e da idade de cada indivíduo. Segundo Cecília Pick², agricultora desde pequena, “cada um tinha o seu serviço. [...] [Os pequenos] levava o sabugo [...], que era debulhado a mon [...] o milho [...], levava pra cozinha pra [fazer o] fogo”.

Deonizio Biesdorf³, outro agricultor, também descreve outras atividades desenvolvidas pelas crianças: “ajuntá os craveto que a mãe mandava, e levá a lenha... Quantas vezes a mãe tava sozinho [...] em casa, [então] uma criança pegava o serrote e... [ajudava a serrar a lenha]”. Neste caso, a ajuda era fundamental, pois o referido serrote, chamado de vai-e-vem, para ser manuseado obrigatoriamente necessitava de duas pessoas em cada uma das extremidades do instrumento. Assim, na ausência de um adulto, a mão-de-obra da criança era essencial para a realização da tarefa. Em função disso, alguns instrumentos de trabalho eram fabricados intencionalmente menores para se adequarem ao manuseio das crianças. Como um exemplo, Cecília cita as machadinhas de picar graveto, que, segundo ela, eram mais leves e pequenas, o que permitia que uma criança o segurasse para realizar o trabalho. Outra tarefa realizada pelas crianças, conforme Biesdorf, era “levá a água dentro [de casa] [...] [que] tinha que pegá [...] no riozinho”, pois não havia água encanada na maioria das casas.

Como se vê, o desenvolvimento do modo de produção familiar acontecia por meio da cooperação integral. Todos contribuíam para a reprodução tanto biológica quanto econômica da família. Aliás, esta participação conjunta da família, conforme Poli (2002, p. 118), é a sua principal característica: toda “a força de trabalho familiar [...] era utilizada de forma intensiva na produção”. Era uma maneira de suprir a carência de investimentos do setor produtivo. A tecnologia, no momento, resumia-se a equipamentos manuais, como a enxada, o facão, o machado, o arado de boi, a foice, a foicinha para o corte de pasto que seria levado aos animais de engorda, o magoá, a peneira, o pilão, entre outros. Praticamente todas as atividades, realizadas em casa ou na roça, eram feitas à mão.

Ao considerarmos que, sob a lógica capitalista, tudo estava por fazer, percebe-se que o número de trabalhadores deveria ser minima-

mente compatível com a quantidade de trabalho existente. Por isso, as famílias geralmente eram numerosas. Segundo Cecília, “era uma ou outra [...] [família] que tinha menos filho, [...] a maioria [era] grande”. O fato de existir famílias numerosas, associado ao baixo investimento tecnológico mantinha o equilíbrio da oferta e procura de trabalho.

Pode-se afirmar que, a referida “carência de investimentos” limitou o desenvolvimento da agrícola em larga escala, mas, fora determinante para a existência da agricultura familiar. Considerando que, geralmente havia mão-de-obra abundante no seio da família, o emprego tecnológico aumentaria a produtividade, mas não utilizaria toda a força braçal disponível. Conforme Poli (2002, p. 118),

[...] o que muitas vezes era tido como uma atividade de resistência à mudança e à inovação, nada mais era que a percepção, pelo camponês, da inutilidade ou até da inviabilidade de certos investimentos em melhorias tecnológicas para a sua realidade, dentro da sua lógica de pensar a produção.

Como se percebe, a tecnologia não fazia parte do cotidiano da produção familiar. O trabalho era desenvolvido a partir de instrumentos tradicionais que determinavam uma produção em pequena escala, raras vezes transformando-a em moeda de troca. Os referidos meios de trabalho eram de posse do próprio colono, o que propiciava o controle e a autonomia de todo o processo de trabalho.

É importante esclarecer que, embora a prática do colono estivesse voltada para a pequena produção, ele detinha conhecimentos, que se concretizavam através da criação de animais e no cultivo de vegetais. Ele sabia muito bem a hora de semear, de plantar, de regar, de colher, de armazenar, etc.

Tal realidade começou a ser modificada a partir do momento em que as suas habilidades herdadas, arraigadas ao senso de poupança, foram apropriadas por investidores⁴ que viram no meio rural a possibilidade da reprodução capitalista. O que fizeram? Simplesmente agregaram valor às posses e às experiências do colono. Mas, com um custo social muito alto. Para que o agricultor pudesse

se se envolver no processo, condições foram impostas, repercutindo em transformações no seio familiar.

A perda da autonomia e, consequentemente, a desestruturação deste modo de vida, foi modificado a partir da proximidade e da interferência ascendente do mercado e da indústria no setor agrícola. Conforme Odilon Poli (2002, p. 138), “quanto maior essa participação [...], menor a autonomia e o controle dos camponeses [colonos] sobre o seu processo de trabalho”. Segundo o historiador, no oeste catarinense, a participação industrial no setor agrícola cresceu com o passar do tempo, até a indústria atingir influência total na produção agropecuária. Isso foi possível por intermédio da produção integrada (indústria + agricultor), que abordaremos adiante.

Portanto, o modo produtivo familiar foi um fator importante para a viabilização da ação industrial na área rural no oeste catarinense. Foi aquela estrutura familiar que construiu, inconscientemente, uma infraestrutura primária que forneceu recursos necessários às articulações das empresas agroindustriais, criadas na região já a partir de 1940, e que tinham como premissa o processo de industrialização pelo qual passava todo o país.

Dificuldade da agricultura familiar: a modernização

Na comunidade ipumirinense a economia sempre girou majoritariamente em torno da agricultura, onde produzir era uma necessidade da própria família para angariar recursos econômicos que viabilizassem a sua reprodução. Esta “vocação agrícola” passou a ser ampliada na medida em que o intercâmbio comercial já não era mais um empecilho. A proximidade e a expansão do estabelecimento comercial, por ser o maior alicerce do colono, determinaram um novo significado sobre a lógica da “produtividade”.

Quando o colono passou a dividir a produção entre as necessidades de subsistência e as necessidades do mercado, considerando mais as exigências mercantis, o fator “produtividade” solidificou-se “a partir do seguinte tripé: recursos naturais disponí-

veis, trabalho e tecnologia” (MARCHESAN, 2003, p. 60). A introdução da tecnologia na estrutura já criada pelo colono e no conceito de trabalho trazido na bagagem, foi determinante para as novas relações no setor agrícola.

A incorporação de recursos tecnológicos teve claramente o mercado como referência. Quando o colono o colocou como prioridade, introduziu técnicas de forma a elevar seus índices de produção (excedentes). Foi assim que a lavoura transformou-se em um “complemento essencial” da indústria, atendendo às suas necessidades, e não mais da família unicamente. Com a aproximação da indústria,

[...] As relações de trabalho, a força produtiva e os meios de produção mudaram, acompanhando o processo de modernização agrícola ocorrida a partir dos anos 70. [...] [O setor foi modernizado] através do uso de máquinas e equipamentos, adubos, inseticidas, etc, e principalmente através do processo de integração dos agricultores às empresas agroindustriais que começam a se expandir (ALBA, 2002, p. 132).

Vale esclarecer que o surgimento da agroindústria resultava do plano de modernização que o país adotava já na década de 50 (período que será especificado mais adiante). Foi quando o processo de urbanização cresceu consideravelmente, devido ao incentivo do governo de Juscelino para a instalação de grandes multinacionais. Em seu Plano de Metas, a incorporação de tecnologias cada vez mais sofisticadas fora prioridade. Concórdia já era participante ativa deste processo.

O referido programa de desenvolvimento era consequência imediata da Segunda Guerra Mundial, que, num âmbito de reorganização financeira mundial, propiciou um surto de investimento em todo o mundo. Entra em cena, então, o caso brasileiro que, segundo Caio Prado Júnior (1994, p. 348), não ficaria à mercê da ofensiva economia capitalista. Contudo, o que aparetava ser um salto de crescimento, registrado a partir dos grandes investimentos realizados principalmente na esfera industrial, com a aplicação

ção da “tecnologia dos grandes centros para os países de nossa categoria”⁵, não passava da subordinação da economia brasileira no contexto internacional.

A prosperidade proporcionada pelo momento pós-guerra resultava da busca de investimentos dos grupos monopolistas, sedentos não só em abrir novos mercados e formar uma clientela consumidora, mas também em usufruir de mão-de-obra de baixo custo. Era uma política econômica que objetivava introduzir países do Terceiro Mundo, como o Brasil, na esfera internacional para sugar o que dificilmente fluiria dos países capitalistas que ditavam a ordem do sistema, como Estados Unidos, Alemanha e Japão.

A ampliação dos tentáculos da economia capitalista sobre o mundo levou “todos os seus habitantes conscientemente para o mundo moderno. [...] a consciência da modernidade espalhou-se da cidade para o campo [...] através da impressionante ‘revolução verde’” (HOBSBAWM, 1995, p. 356-7), que se disseminou a partir dos anos 60. O programa fora desenvolvido para aumentar a produção agrícola através da utilização de insumos e agrotóxicos, de forma a sanar a deficiência de alimentos e erradicar a fome, consequência esta mais evidente do momento pós-guerra vivido no mundo. Até então, os precários investimentos aplicados nas áreas do Terceiro Mundo não permitiam uma exploração intensiva. Por isso, tais áreas resumiam-se basicamente a um espaço “semivirgem no progresso capitalista mais recente, onde quase tudo, no nível desse progresso, estava por fazer ou introduzir” (PRADO Jr., 1994, p. 347). Foi sob esta lógica que o Brasil foi modernizado: por possuir uma rica fonte de matéria-prima.

No oeste catarinense o desenvolvimento industrial teve início em 1944. Fora a empresa Sadia que traçara novos rumos à região. Sua presença atraiu mais de 15 mil pessoas para Concórdia naquela época, que se concentraram majoritariamente no espaço urbano. Porém, as modificações não ocorreram somente no centro urbano de Concórdia. Junto ao programa de industrialização ocorreu também a modernização da agricultura, pois, para garantir o funcionamento industrial era necessário produzir a matéria-prima, e, paralelamente,

satisfazer as necessidades das mesas urbanas. Foi por isso que o setor agrícola, até então praticado de forma tradicional, precisou ser adaptado ao programa de desenvolvimento nacional e global.

Percebe-se, então, a importância da agricultura para aquele momento, pois o sucesso do novo sistema dependia da sua organização produtivista, responsável pelo fornecimento de matéria-prima, que envolve tanto quantidade quanto qualidade. O objetivo era manter um constante ritmo de crescimento. Isso somente seria possível com fontes primárias de baixo custo, em que o produtor, além de arcar com as despesas da produção, deveria ainda se comprometer com o fornecimento do produto.

A tática adotada foi a introdução do sistema de contratualização, mais conhecido como sistema de integração, inserido pioneiramente em Santa Catarina pela empresa Sadia⁶, por volta de 1961. “O sistema de integração [...] [foi] a maneira mais certa de obtenção de matéria-prima, em termos de quantidade e qualidade e com a periodicidade segura”, onde não faltariam e nem sobrariam produtos (ALBA, 2002, p. 113). Por isso, o sistema de integração foi, sem dúvida, a principal arma da empresa para garantir a produção de matéria-prima (base da produção industrial). Tal sistema funcionou pela vinculação direta da empresa ao agricultor, em que este fora transformado em único responsável pela “boa” produção. No caso do oeste de Santa Catarina, tais articulações iniciaram com a cadeia de suínos, onde a estrutura familiar foi modificada para “prestar serviços” à empresa. Desta forma, o sistema de integração solidificou-se na relação de dependência determinada pela junção do que se chamava agro (agricultores) e indústria (processadora de alimentos).

As novas normas envolveram o colono numa cadeia produtiva mais sincronizada, determinando modificações nos fatores como o tempo, os investimentos e o trabalho. A decisão de como, quando e quanto produzir passou a ser determinada pela indústria, conforme a sua necessidade. Assim, o colono obrigatoriamente foi submetido a uma organização produtivista orientada. Quanto

mais a indústria interagia na área agrícola, menos autonomia e controle o agricultor tinha sobre o seu processo de trabalho.

Vale dizer que o colono, antes mesmo da presença agroindustrial, já possuía certa vinculação com comércio e a indústria. Uma vinculação mais amena, que acontecia fomentada na necessidade de adquirir ferramentas e mercadorias, tais como enxada, facão, arados, carroça, entre outras. Por isso, é errôneo “dizer que foram as agroindústrias que romperam com a autonomia mercantil na região” (TEDESCO, 2001, p. 122). O que ocorre é que, gradativamente, o âmbito industrial, técnico e mercadológico foi sendo incorporado e adotado pelos próprios colonos, que não mais se sustentavam baseados apenas em seu modo rústico de produzir.

O próprio sistema de cultivo praticado pela agricultura familiar, associado a utilização de terras impróprias à prática agrícola, acabou por comprometer a fertilidade do solo. Segundo o jornal *Gazeta Mercantil* (A-8: 27-28/02 e 1/03/99 apud MARCHESAN, 2003, p. 66), a exploração agrícola das terras do oeste de Santa Catarina eram comprometedoras: 43% da área cultivada eram inadequadas para lavouras anuais, e outros 26% estavam sem condições ideais de uso.

Isso tudo, de certa forma, também direcionou o colono para a adoção de outras técnicas de cultivo. O gradual salto econômico proporcionado por todas estas inovações projetava e solidificava o caminho do então distrito ipumirinense para a emancipação.

Novas formas de viver e trabalhar: a origem da agroindústria

O termo agroindústria diz respeito ao processo de incorporação da agricultura nas esferas industriais, que podem ser consideradas como meras processadoras de matéria-prima. A aproximação de tais empresas permitiu ao colono ampliar a sua produção, dada a garantia de venda de seu produto. Mesmo assim, o decréscimo

populacional rural fora inevitável. Em Ipumirim a evasão rural aconteceu mais tarde. Somente por volta de 1970, momento em que a maior parte da população brasileira já vivia na zona urbana.

Isso ocorreu devido a presença da agroindústria, que, diferentemente dos grandes centros urbanos, oferecia emprego na cidade e no campo também. Em Concórdia, por exemplo, a evasão rural aconteceu em procedimentos mais lentos. Em 1960 a população rural do município ainda triplicava a do meio urbano. A “capital industrial” ainda permanecia extremamente ruralizada, isso porque a base da indústria Sadia era o agricultor, responsável por toda a produção primária da empresa. Sua economia era profundamente dependente das atividades agrícolas, determinando a fixação de muitas pessoas na área rural. Lógico que as necessidades da indústria estavam aquém dos limites territoriais de Concórdia, atingindo as comunidades circunvizinhas ao polo industrial ascendente, como Ipumirim.

Para compreender tais “amarrações” realizadas pelo setor agroindustrial, analisaremos suas origens, fomentadas a partir de uma política de modernização nacional, iniciada ainda nas primeiras décadas do século XX. Política que (mais tarde) também atingiu o município de Ipumirim, através da lenta caminhada do homem do campo para a cidade.

Por sessenta anos viver na roça fora a realidade de aproximadamente 90% da população de Ipumirim. A concentração da zona rural começou a ser modificada a partir de 1970, quando a ação direta do capital na área agrícola passou a impor seleções e obrigatoriedades ao colono. Tratava-se de um outro momento, local e global, no qual a produção solidificar-se-ia sobre uma economia neoliberal, que permitiu a abertura do país para o capital estrangeiro.

Tal abertura de mercado reestruturava a divisão do trabalho na cidade e também no campo, o que determinou novos declives na curva demográfica de ambos os setores. Em Ipumirim, em 1960, dos 7.398 habitantes, 91,39% residiam na área rural, apenas 637 pessoas moravam na cidade, totalizando 8,61% da ocupação. Conforme se

pode perceber no gráfico que segue, o leve crescimento rural registrado na passagem para a década de 70, toma um declive irreversível desencadeado a partir de então.

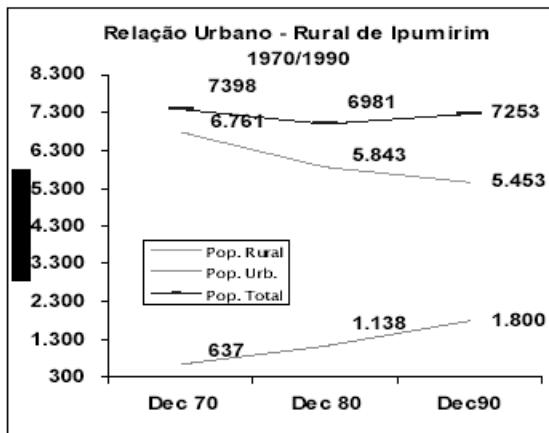


Gráfico 1 - População urbano-rural do município de Ipumirim entre os anos d 1970 a 1990

Fonte: IBGE - Concórdia

O fator decisivo para estas mudanças foi o programa de modernização implantado no Brasil, que afetou tanto a área agrícola quanto a área industrial. Vejamos o por quê: em ambos os setores ocorrem modificações paralelas a partir do momento em que a economia nacional dá seus primeiros passos para dentro do país, ou seja, quando estabelece uma organização voltada para o abastecimento interno. Abro um parêntese para esclarecer que, por uma série de fatores que analisaremos mais adiante, a evasão rural de Ipumirim aconteceu bem mais tarde, comparado a nível nacional e estadual, que abordaremos a seguir.

Enfim, é importante perceber que a política interna não ocorre por mera opção governamental, e sim pelo acúmulo de uma série de fatores ocorridos na passagem dos séculos XIX-XX, como por exemplo: pelo crescimento de um mercado consumidor, solidificado a partir da utilização do trabalho assalariado; pelas perturbações sofridas no comércio internacional resultante da I Grande Guerra (1914-1918), o

que dificultou o abastecimento nacional do país; e pelo aumento da população resultante da imigração europeia, alojada mais ao sudeste e sul do país. É desta natureza que resultaram as aglomerações urbanas, surgidas primeiramente em São Paulo, que a partir de então contribuíram muito mais no fator consumo do que no fator produção na questão de subsistência, pois a urbanização transformou muito dos antigos camponeses produtores de seu próprio alimento em favelados consumidores. Por isso, a nova concentração demográfica trouxe como consequência a reestruturação das unidades fundiárias de pequeno e grande porte. A primeira voltava-se para o abastecimento das indústrias, sedentas de matéria-prima; e a segunda procurava, cada vez mais, sanar as necessidades das mesas urbanas. Desta forma, quando falamos em consumo, logo discutimos produção.

Mas, falamos do período da República Velha (1889-1930), quando a economia do Brasil era totalmente controlada pelas oligarquias, paulistas e mineiras principalmente. Segundo Schmidt (2002, p. 46-7), o temor destas oligarquias de que o apoio dado pelo governo à indústria lhes diminuísse os investimentos na fazenda, por muito tempo limitou o apoio governamental à industrialização do país. Limitou mas não extinguiu. Embora de pequeno porte, as indústrias existiam. Geralmente contavam com menos de 100 operários e eram todas financiadas pelo poderio inglês. Enfim, esta espécie de liberalismo político (cada um por si) adotado pelas oligarquias durante a República Velha sufocou a população. A reação veio a partir de 1920, quando a massa trabalhadora organizou inúmeras manifestações sociais, dando início a uma década inteira de luta em prol de leis de proteção aos trabalhadores. A solução para a instabilidade política e econômica do país veio somente no governo de Getúlio Vargas, na década de 30, quando o Estado passou a intervir na economia, transformando num dos grandes motores que impulsionaram a economia brasileira novamente. O Brasil no governo getulista ainda seria agroexportador, mas incorporou também objetivos básicos de apoio à industrialização.

Agora, o programa de modernização agrícola/industrial avançava sob a tutela da interação governamental nos dois setores. A bur-

guesia industrial brasileira ainda era muito jovem e fraca e, por isso, quem financiou o desenvolvimento do capitalismo industrial foi o Estado. Até o ponto em que este assumiu totalmente a função de regulador do processo produtivo, de forma a consolidar o programa tecnológico de produzir. “Aos poucos a produção interna, tanto agropecuária como industrial, [...] [foi] fazendo frente em proporções cada vez maiores às solicitações do consumo” (PRADO Jr., 1994, p. 289).

Foi nesta lógica que a participação do poder público foi imprescindível para desencadear as iniciativas empresariais. O programa de industrialização do Brasil fortalecia, ao mesmo tempo, as iniciativas privadas e o setor público. Isso permitia ainda mais investimentos estatais. Conforme Lima (1998 apud ALBA, 2002, p. 68), de “1930, passando pelo governo Dutra, até a morte de Getúlio Vargas, foram criadas 30 empresas estatais”. Foi um período ascendente da ação governamental. Sobretudo a partir de “1937 com a constituição da CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 58), o que favoreceu o setor agroindustrial. Ou seja, o objetivo era duplo: financiar empréstimos tanto para a agricultura quanto para os projetos industriais. Tal setor crescia constantemente, impulsionado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que, por amparar apenas os trabalhadores urbanos, acabou impulsionando a evasão rural. Os brasileiros que viviam no campo foram em busca da ilusão de estabilidade econômica que a cidade poderia oferecer.

Os governos que seguiram o de Vargas deram continuidade à ideia de modernizar o país. A partir das décadas de 50 e 60, durante os governos de Juscelino, Jânio e Jango, 63 novas empresas estatais passaram a atuar no mercado nacional, elevando este número para 274 novas estatais durante o Regime Militar de Castelo Branco até Figueiredo. Mas a instalação dessas empresas solidificou-se sobre altas dívidas, internas e externas. Grande parte dos gastos governamentais foram destinados “a política de Empréstimo do Governo Federal (EGF) dirigida às agroindústrias” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 58).

Em Santa Catarina, por exemplo, durante o governo de Ireneu Bonhausen (1951-56), vários investimentos ocorreram na infraestrutura, realizados com recursos públicos como: estrada de rodagem, energia elétrica, educação, saúde e agricultura. Isso, segundo Espíndola (1999, p. 59), serviu como subsídio para os governos seguintes promoverem a interligação do oeste com o litoral catarinense. Tal globalização de Santa Catarina foi viabilizada através da criação da Secretaria de Agricultura, desvinculada da Secretaria de Obras Públicas em 1953. A partir daí, as metas do governo catarinense foram voltadas para a criação de silos, armazéns, matabouros, mecanização da agricultura, utilização de fertilizantes, etc. Enfim, eram políticas agrícolas que objetivavam interligar os investimentos particulares das indústrias às riquezas agrícolas que já eram produzidas mais ao oeste do estado. Riquezas que até então permaneceram limitadas em termos de quantidade devido à falta de vias de escoamento e de investimentos nas propriedades rurais.

O Estado, portanto, servia como um instrumento de incentivo ao crescimento das empresas. Os líderes empresariais souberam aproveitar não só dos apoios nacional e estadual, mas também as características regionais, o que fez do “Oeste de Santa Catarina [...] [o] maior parque agroindustrial da América Latina” (ALBA, 2002, p. 62). Por isso, é possível afirmar que o Estado assumiu a função econômica, através do seu poder político, de viabilizar uma infraestrutura voltada para integrar economia agrícola à economia urbana, sempre voltada para fins particulares.

A atuação das agroindústrias no oeste catarinense

É importante justificar o grande interesse demonstrado pelo Estado na região oeste de Santa Catarina. Ocorre que, personagens ligados ao comércio e à indústria local participaram do arsenal político do Estado, por isso, os investimentos estaduais e federais realizados nesta região vinham de encontro aos interesses particulares de alguns empresários locais.

É o caso de Atílio Fontana, de Concórdia, Saul Brandalise, de Videira, e Plínio Arlindo de Nêz, de Chapecó, que assumiram cargos políticos municipais, e posteriormente na esfera estadual e também federal, barganhando melhorias na infra-estrutura da região e que diretamente beneficiaram os seus negócios (ALBA, 2002, p. 23).

Desta forma, utilizando-se do Estado como instrumento para crescimentos particulares foi inevitável a progressiva concentração de capital do empresariado da região oeste catarinense. Foi quando foi construído um tipo de indústria que a distingue das demais áreas do país: a agroindústria processadora de alimentos, principalmente frigoríficos. No caso de Concórdia foi a agroindústria Sadia que trabalhou com o processamento dos alimentos e a agregação de valores no produto primário para o fornecimento comercial.

A constante presença que marcava Atílio Fontana na política regional, estadual e federal, trouxe resultados significativos para a região oeste. Logicamente por se tratar do local onde se encontrava o “seu” negócio. Através da sua intervenção, durante a década de 1960, foi estendido praticamente em todo o estado de Santa Catarina o trabalho de Extensão Rural, que contribuiria para a modernização da agricultura. O objetivo era fornecer preparo técnico aos agricultores para aumentar a qualificação e a produção do trabalho agrícola.

Ainda na década de 1950, durante a administração de Celso Ramos, outras políticas de desenvolvimento regional e estadual foram concretizadas: foi criado o BESC (Banco de Estado de Santa Catarina); a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina); a Secretaria de Negócio do Oeste e o Sistema Nacional de Crédito Rural (ESPÍNDOLA, 1999, p. 59). Ou seja, toda uma infraestrutura foi formada para aumentar a exploração agrícola regional.

Todos estes subsídios contribuíram para a ampliação da empresa Sadia, em Concórdia e região. Através destes “apoios enviados para o Oeste do estado”, a empresa pôde implantar novas técnicas na criação de aves e suínos. A cadeia produtiva de suínos liderou o processo, era o chamado sistema de fomento. Tal sistema “amarrava” o colono ao setor industrial mediante con-

tratos de produção. Foi o ponta-pé inicial para a mudança do entendimento de investimento e lucro por parte do colono.

O agricultor oferecia toda a infraestrutura, que era: a mão-de-obra, a energia elétrica, o chiqueiro e até mesmo o leitão. Segundo o entrevistado Zoé Schmidt⁷, produtor e freteiro de suínos da Sadia, o agricultor “tinha o próprio porco, a Sadia fornecia só a ração na época. Naquela época eles passavam e fazia aquela ficha né. Nascia 20 leitões, o técnico passava e [fichava] e aí ele autorizava retira a ração na Sadia e pagava só quando retirava os porcos”. Os leitões fichados, segundo o entrevistado, continuavam pertencendo ao agricultor, mas que, uma vez integrado, automaticamente assumiam o compromisso de vender as “crias” para a empresa, enquanto que a empresa fornecia apenas a ração e assistência técnica. Ao encerrar o processo de engorda do animal, a empresa o recolhia, estabelecendo um valor a ser pago pelo produto, bem como pelo trabalho empregado.

A introdução do sistema de fomento aconteceu basicamente em duas etapas, antes e depois da abertura comercial. Vejamos: num primeiro momento, como o objetivo do sistema era a conquista de novos mercados, a incorporação das unidades familiares não modificou radicalmente a sua estrutura, ou seja, “os pequenos agricultores tinham condições de manter a sua produção comercial diversificada, atendendo ao mesmo tempo à demanda da agroindústria”. Alba define esta fase como “policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura” (2002, p. 97), em que a presença da indústria não modificou o rotineiro do trabalho da família.

Schmidt também relata a farta produção que ainda brotava do chão que pisavam. Naqueles “anos se produzia o trigo, arroz, feijão, melancia, tudo que era coisa, a soja”. A produção de milho já era bem mais ampla, pois a criação dos suínos era fundamentada apenas naquilo que o agricultor extraía da própria lavoura (sobre o aumento da lavoura de milho, principalmente, abordaremos mais adiante). Caso a produção não fosse suficiente, a solução não era comprar o milho, mas sim arrendar mais terra para aumentar a colheita. Conforme o gráfico que segue,

cerca de 19% dos proprietários rurais arrendava terras para ampliar a produção do milho, principalmente, e garantir um bom lote para a empresa.

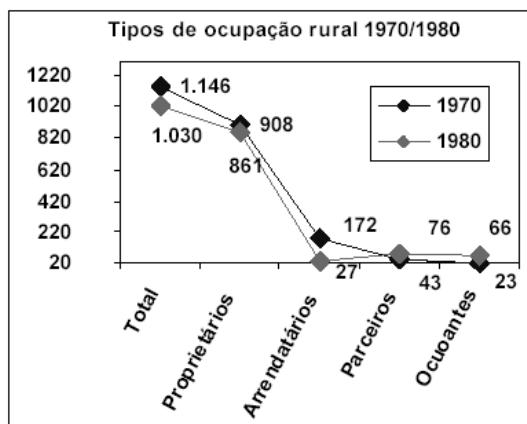


Gráfico 2 - Ocupação rural de Ipumirim dividida em Proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Estatísticas referente aos anos de 1970 a 1990

Fonte: IBGE

A outra etapa do sistema de fomento foi iniciada a partir da abertura comercial, quando a procura do produto transformou o modo de produzir e comercializar. Isso exigiu o aumento de matéria-prima, tecnicamente planejado pelo setor industrial. Para tal ampliação era necessário, além do produtor dedicar-se integralmente à “profissão” para aumentar a produtividade, também investir na propriedade. Assim, garantia-se maior produção no tempo delimitado pela empresa. Foi nesta segunda fase que ocorreu a ruptura com o modelo de produção familiar diversificada, em que a policultura gradativamente foi se esvaecendo.

O sistema de integração era um “investimento industrial” meticulosamente calculado. Conforme Tedesco (2001, p. 120), a

[...] empresa sabe da condição a situação econômica por que passa a unidade familiar, tem clareza do seu papel. Nesse sentido, norteia situações, formula condições (que serão expressas monetariamente) que possibilitem o mínimo necessário para a manutenção da relação e sobrevivência do colono.

Assim, era fornecido ao colono apenas o necessário para reinvestir na próxima etapa da produção. Mas a garantia da venda agrícola e a possibilidade de maior geração de renda empolgaram as unidades familiares. Estas geralmente não percebiam que o valor agregado ao seu produto não abateria o valor empregado para a sua fabricação. Podemos afirmar então, que o sistema de integração, grosso modo, serviu para aumentar a produção industrial com investimentos terceirizados, ou seja, transferiu a terceiros (colonos) não só a execução de tarefas, mas também todo o investimento que seria necessário para a produção da matéria-prima industrial.

A incorporação de recursos tecnológicos para aumentar a produtividade já era uma necessidade. O colono não podia mais seguir com a sua forma tradicional de produzir. Grosso modo, ele foi obrigado a se adaptar às novas técnicas, tanto na criação de suínos e aves quanto no plantio. Agora ele necessitava “adotar sementes selecionadas, adubos e outros insumos de acordo com as orientações dos técnicos” (ALBA, 2002, p. 43), que integravam o programa estadual de Extensão Rural, conhecido como ACARESC.

Era necessário integrar e orientar o colono tradicional para a capacidade de instrumentalizar (com saber técnico e com equipamentos) a sua propriedade. O novo programa fornecia todo o preparo, pois, para o novo sistema, a agricultura tradicional não bastava. Desta forma, a agregação do agricultor às agroindústrias acontecia vinculada à prestação de serviços, de forma a preparar o homem do campo às novas exigências.

Extensão rural: a ACARESC

O programa de extensão rural tinha como principal objetivo orientar o colono em suas práticas para que ele adotassem novas técnicas de trabalho, de forma a aumentar a produtividade do campo. Conforme Espíndola (1999, p. 61), em Santa Catarina, o órgão executor da extensão rural era a ACARESC (Associação de Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), criado em 1957. Era um progra-

ma de assistência técnica que, segundo Hilário Refati⁸, era denominado “extensão rural por que a assistência técnica geralmente é cobrada, e a extensão rural é gratuita, pois torna-se assim um órgão de prestação de serviço estadual”.

O entrevistado relata que, através da ACARESC, fornecia-se “aos produtores rurais conhecimento através dos técnicos contratados pelo Estado, para que pudessem melhorar as técnicas de cultivo, as técnicas de criação, enfim, o objetivo era a criação e melhoria de renda da família rural, esse era o princípio básico da Extensão rural”.

No Brasil, a implantação de apoio rural aconteceu em 1950. Embora o programa de Extensão Rural tenha atingido o estado de Santa Catarina praticamente dez anos mais tarde, deste modo, a prestação deste serviço se potencializou. Isso porque no momento em que a idéia de assistência rural emerge em Santa Catarina, boa parte do estado, principalmente a região oeste, já desenvolvia uma produção familiar vinculada à indústria e ao comércio. Assim, sustentado pela grande produção de matérias-primas agrícolas, o parque industrial apresentava forte e em constante expansão, o que proporcionava um amplo “mercado” de trabalho para os extensionistas.

Em Ipumirim, foi na década de 70 que houve a interferência de tais técnicos. Bem quando se evidenciam os efeitos da modernização na agricultura. Lógico que a adoção de novas técnicas de produção não aconteceu no momento em que se registrou a evasão rural. Esta prática já havia começado na década anterior. A migração rural acontece posteriormente, quando a modernização começa a dar seus primeiros frutos, dispensando boa parte da força braçal empregada até então. Por isso, apesar da diminuição da população rural no município de Ipumirim, a produtividade não diminuiu.

Como toda a produção agrícola era voltada para fora do seu meio, o produto deveria obedecer ao patamar qualitativo/quantitativo imposto, obrigatoriamente aceitando o suporte técnico oferecido. Por isso a especialização era tão necessária para quem quisesse participar do sistema de integração, e, para isso, o colono necessitava deste “apoio” externo, pois, para realizar as

mudanças internas na propriedade conforme as necessidades industriais, a sua acumulação do saber tradicional não bastava.

De certa forma, isso tudo abriu as portas ao colono para sua produção agrícola. No entanto, produção em alta escala é sinônimo de altos investimentos. Por isso, o fator produtividade foi a porta de entrada para modernização compulsória desencadeada no campo. Agora, para produzir era necessário introduzir máquinas, equipamentos, rações, adubos, sementes, agrotóxicos, entre outros. Os gráficos a seguir retratam alguns dos ítems que contribuíram para o aumento da produção em Ipumirim durante a década de 1970.

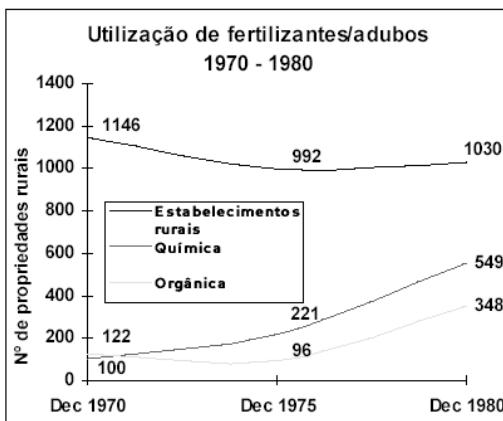


Gráfico 3 - Utilização de adubos e fertilizantes nas propriedades rurais de Ipumirim entre os anos de 1970 a 1990

Fonte: IBGE

Outro fator que evidencia o aumento da produção é o aumento da motorização na área agrícola. Num processo lento, mas constante, o número de tratores, caminhões, jipes (meio de transporte mais utilizado na época para o interior) aumentava significativamente. Em contrapartida, o trabalho feito tração animal ia sendo substituído e dispensado pelo agricultor, como evidencia-se no gráfico abaixo:

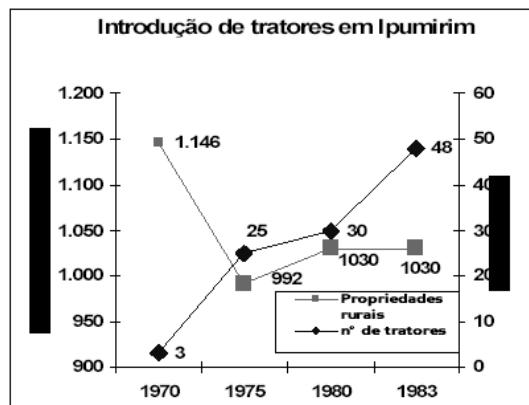


Gráfico 4 - Número de tratores introduzidos nas propriedades que realizam o trabalho na lavoura com tração mecânica

Fonte: IBGE

Como se vê, antes de 1970, todo o preparo de solo e plantio era basicamente feito com tração animal, e a limpeza era feita com a enxada, pois a maioria das lavouras, não utilizava o agrotóxico. Segundo Refati, na época a única “cultura que utilizava agrotóxico era a cultura do fumo. [...] Os fertilizantes químicos também eram pouco utilizado. [...] O uso de calcário era muito pouco utilizado né, então a partir daí é que começou a se encaminhar as coletas de solo pra encaminhamento de análise, para analisá [...] o que essas terras tinham de necessidade...”. Aliás, esta era uma das funções da ACARESC: analisar as deficiências do solo para corrigi-lo, de forma a adequá-lo para a produção de várias culturas, principalmente do milho, produto necessário ao colono, por servir de trato aos animais. No caso da integração, essa necessidade aumentava. Segundo Zoé, para alimentar o leitão o colono buscava na empresa apenas o trato “inicial, o pré pro leitão e o milho a gente produzia mesmo”. Em caso de grande produção de suínos, a solução era ou arrendar terra para ampliar a lavoura, ou comprar o milho de quem o produzia exclusivamente para a venda, já que este produziria em maior quantidade. Falamos de uma venda interna, ou seja, de produtor para produtor. Relata Zoé, que quando “tinha que compra ainda, comprava o milho na colônia”.

Já era evidente o aumento da procura dos produtos agrícolas. Entretanto, para produzir mais, antes era necessário revitalizar as terras já debilitadas devido ao uso intensivo e ecologicamente incorreto. Mas como fazer? A acumulação de adubos orgânicos não existia, pois a criação de animais em grande escala ainda não era prática de muitos colonos. Quanto ao uso de fertilizantes químicos havia dois problemas: ou não eram conhecidos entre os colonos, ou o manejo incorreto de quem os possuía não surtia os efeitos esperados após a aplicação. Conforme Deonilo Kothe⁹, a primeira experiência com adubo químico foi desastrosa. Segundo ele, “a idéia era: plantar com adubo”. Ele se refere a um adubo orgânico que era utilizado em pequena proporção apenas para a produção de hortaliças e produtos caseiros. Quando surgem os adubos químicos para as lavouras, sem instrução de como fazer, o manuseio foi feito como o da horta. Mas a mistura direta do adubo com a semente bastou para falhar com boa parte da produção. Foi neste contexto, então, que a acessoria da ACARESC contribuiria.

Relata Refati que, para ensinar o colono a lidar com as novas técnicas de produção, “se usava muito na época as lavouras demonstrativas. [...] A própria comunidade escolhia o agricultor que teria o interesse em seder uma área pra podê fazer uma lavoura demonstrativa. E em cima disso [...] se desenvolvia todas as etapas, desde a escolha do terreno, preparo do solo, o uso de adubação, [...] e no final se fazia a colheita pra demonstrar que aquela tecnologia que a agricultura poderia utilizar, ela poderia trazer rentabilidade e em função disso poderia trazer melhor qualidade de vida pra família rural”. Segundo o entrevistado, esta era a forma de o colono constatar as vantagens de investir na lavoura, pois, ao mesmo tempo se fazia um comparativo de resultados. Geralmente, “se fazia uma área demonstrativa com o uso de uma determinada tecnologia e uma área que seria comparativa, no caso paralela, sem o uso da tecnologia que se propunha a demonstrar, justamente para que o agricultor pudesse observar se era vantajoso ou não”.

Além de ensinar com esses comparativos, o objetivo também era convencer o colono a adotar tais técnicas de cultivo que “vinha muito mais pelo fato visto e comprovado do que simplesmente por uma exposição oral”. Isso porque nem todos os colonos estavam abertos a mudanças. Conforme Refati, muitos resistiam à adoção da tecnologia. Isso decorria “em função até de uma questão meio cultural, o avô dele tinha feito daquela maneira, o pai do agricultor tinha feito daquela maneira, e muitas vezes se um profissional chegasse, uma pessoa nova em termos de idade, como é que eles iriam aceitar uma orientação dessa pessoa se eles tinham aprendido com os pais um determinado sistema tradicional de trabalho na agricultura”. Sistema que, em pouco tempo, seria sucumbido pelo setor agroindustrial.

Alba define esta subjugação das camadas mais pobres da área rural ao processo de industrialização, como

[...]uma alienação do trabalho agrícola. Os agricultores que não faliram no decorrer do processo ou então que não migraram para a cidade, fizeram as inovações agrícolas, adotaram as novas técnicas, seguiram as orientações, só que tudo isso muito distante do saber dos próprios agricultores. O saber deles foi ignorado, esquecido em benefício de um saber externo, visando objetivos alheios. Sendo assim, as atividades desenvolvidas eram estranhas aos agricultores, gerando a alienação de que nos fala Marx. (2002, p. 43)

Embora estranhas ou alienadas, o fato é que o crescimento da produção veio para ficar. Com a interferência técnica da ACARESC, a produção de excedentes não diminuiu, apesar da diminuição da população rural no município de Ipumirim. Isso se deve às estratégias citadas anteriormente: produzir mais em menos tempo e com menos mão-de-obra. O gráfico abaixo demonstra o aumento ocorrido na produção de suínos e o declive paralelo ocorridos na linha populacional referente às propriedades agrícolas.

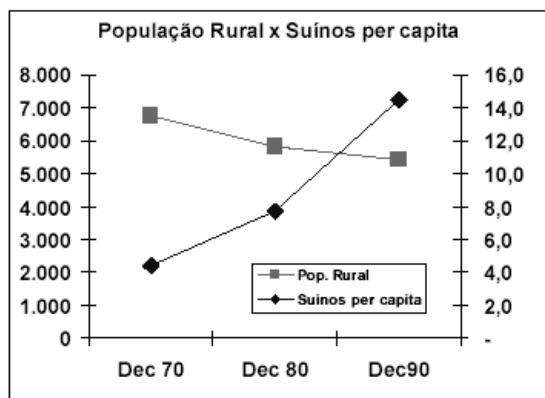


Gráfico 5 - Quantidade de suínos per capita entre as décadas de 1970 a 1990

Fonte: IBGE

Um outro elemento importante que também subsidiou a mudança da produtividade de suínos em Concórdia e região foi a EMBRAPA, fundada em 1973. Esta instituição, que foi criada especificamente para atender aos anseios do capital industrial, principalmente na questão de suínos e de aves, também era vinculada ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e, por isso, tão radical foi a transformação da região a partir da sua presença.

Isso demonstra que a subordinação da pesquisa às diretrizes definidas pelo Estado implica, ao mesmo tempo, na subordinação agrícola às formas de integração. Deste modo, pode-se dizer que as intervenções estatais tiveram subjacente o objetivo de fazer com que o capital industrial encontrasse maneiras de explorar todos os espaços e todos os recursos naturais conforme as características regionais.

Modernização agrícola em Ipumirim e seus efeitos

Como se vê, “a região de Concórdia já era um dos centros mais avançados do país na criação e industrialização de suínos. [...] Até a metade dos anos 60, a Sadia possuiu 8 filiais que compunham a rede comercial da empresa, concentrando 70% do mercado nacio-

nal de consumo” (ALBA, 2002, p. 89-90). A produção da empresa envolveu vários municípios em torno de Concórdia. Ipumirim contribuía com apenas ---3% para a esfera regional, mas, considerando as dimensões territoriais e populacionais, o fornecimento acontecia na mesma proporção tanto de Concórdia quanto dos demais municíipes circunvizinhos.

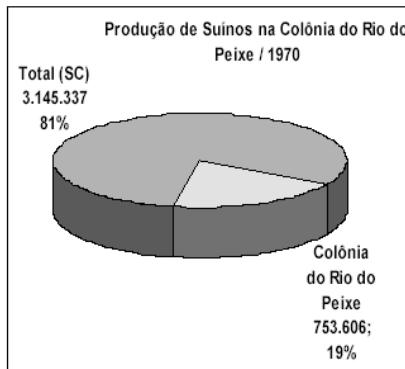


Gráfico 6 - Plantel de suínos na Colônia do Rio do Peixe em 1970

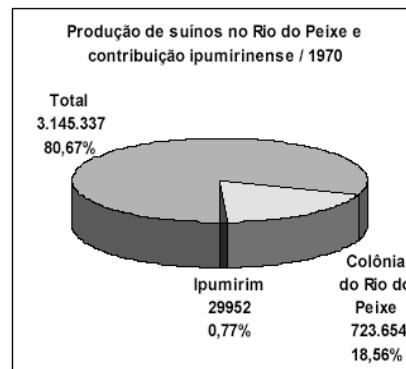


Gráfico 7 - Fonte: IBGE

Obs: A Colônia do Rio do Peixe perde somente para a Colônia do Oeste Catarinense, que totalizou 1.253.779 suínos/ano, portanto, é a segunda maior produtora de suínos do estado de Santa Catarina.

Tais mudanças repercutiam no esvaziamento da agricultura. Mas é contraditório imaginar que tal desenvolvimento diminuía o número de interessados em permanecer nela. Dois fatos podem esclarecer esta contradição. Por um lado, como vimos acima, a ampliação da produção, principalmente a partir de 1970, não mais acontecia via aumento de suinocultores, mas pela diminuição, ou seja, pelo investimento realizado na propriedade para ampliar a produção com menos trabalho (ALBA, 2002, p. 97). Como nem todas as famílias agricultoras conseguiram se adequar às exigências e necessidades mercadológicas, restava-lhes apenas vender a mão-de-obra. Em muitos casos, de toda a família. Por outro lado, o aperfeiçoamento agrícola não visava melhorar o âmbito social, mas sim melhorar o âmbito econômico. Assim, de modo algum a introdução tecnológica tinha por objeti-

vo facilitar a condição de vida dos agricultores. “As mudanças objetivavam apenas a retomada do crescimento econômico, portanto o alvo a ser melhorado era apenas a esfera do capital” (ALBA, 2002, p. 102), e não da estrutura familiar.

A modernização da agricultura, segundo vários estudos, visava exatamente promover o deslocamento desta população, liberando boa parte dessa mão-de-obra para o mercado de trabalho urbano (POLI, 2002, p. 119). Implícito no projeto de modernização da agricultura estava a espoliação de trabalhadores do campo, transformando-os em mão-de-obra para a indústria ascendente. “Portanto, o avanço técnico e científico que poderia ser visto como positivo para o avanço da humanidade e facilitador da vida em sociedade, acaba sendo um problema e fonte de exploração e lucro” (ALBA, 2002, p. 110). Os pequenos agricultores renderam-se a anexação de sua pequena área rural às médias propriedades. E na busca de novas alternativas de sobrevivência estes colonos desencadearam o êxodo rural, descaracterizando a comunidade ipumirinense. Até então, a movimentação econômica do município era singularizada aos minifúndios.

Por tudo isso, a organização familiar que tinha como objetivo atender às necessidades internas, passa a atender agora o consumo externo, que, intermediado pelas agroindústrias, é selecionado tanto o produto quanto o produtor. A repercussão se evidenciou no espaço urbano de Ipumirim, que acabou por se equipar para atender às necessidades que iam surgindo. A estruturação da cidade apresenta vários tipos de estabelecimentos comerciais para prestar serviços aos que esvaeceram do campo em busca de trabalho. Agora, estes elementos passaram a fazer parte indireta da produção das agroindústrias, não mais como fornecedores de matéria-prima, mas como transformadores destas.

Os anos que seguirão à década de 70 foram essenciais para a acumulação de capital das agroindústrias. Tamanho foi o desenvolvimento que os frigoríficos menores não resistiram e, um por um, foram incorporados pelas empresas maiores. Segundo Geise (1991,

p.36 apud ALBA, 2002, p. 96), no início da década de 70 funcionavam 23 frigoríficos em Santa Catarina. Na década de 80 restavam apenas 7 grandes frigoríficos, incluindo as cooperativas.

Mas nas relações capitalistas interdependentes, o sucesso econômico sofre intervenções de diversas formas, determinando oscilações constantes no mundo dos negócios. As agroindústrias não fugiram disso. A partir de 1980, principalmente, elas passaram por procedimentos de reestruturação e necessitavam se adaptar à chamada economia mundializada. É a lei de mercado: para concorrer é necessário se especializar.

Isso repercutiu negativamente para o colono, principalmente para aqueles que dependiam de créditos ou financiamentos para investimentos. Segundo Alba (2002, p.65), tal situação se agravou pela retirada de créditos e subsídios até então fornecidos pelo Estado. Para ela, esta

[...] crise está em consonância com a macroeconomia nacional, devido ao aumento da dívida externa brasileira nos anos 80, obrigando o estado a reduzir todos os investimentos até então mantidos. Vemos então reduzidos os créditos e custeos agrícolas, intensificando o processo de exclusão de agricultores.

Como se vê, todo o âmbito socioeconômico estruturado pelo setor agroindustrial no oeste de Santa Catarina, apresentado como a solução para o enfraquecimento do solo, para a baixa produtividade, para o trabalho exaustivo e para baixa rentabilidade, acabou não tendo tanto êxito para os colonos. Por tanto, não podemos abstrair os vários insucessos obtidos pelos colonos da interferência industrial na região, na qual pertence Ipumirim. A divisão do trabalho, o aumento do consumo interno e a criação de uma infraestrutura capaz de aumentar a produção prevaleceram no município, e por isso a descapitalização e exclusão do pequeno produtor efetivamente aconteceram porque a indústria padronizou a produção agrícola.

Conclusão

O processo de modernização da agricultura em Ipumirim fora solidificado, a partir de 1970, sob as esparsas experiências dos colonos que caracterizavam o município por sua concentração rural. Foram táticas de crescimento econômico que vieram ao encontro das unidades familiares, o que elevou o fator produtividade em declínio do poder e autonomia do trabalho, que eram as condições de existência da agricultura familiar: produção de subsistência praticada de forma tradicional, empregando toda mão-de-obra da família, geralmente numerosa.

As implicações decorrentes da modernização feitas na agricultura alteraram a maneira de produzir tanto no tempo de produção quanto na quantidade e na qualidade. Podemos resumi-las segundo estes três pontos da seguinte forma: no ritmo da jornada de trabalho resultante da intervenção mecânica, e aí falamos também em quantidade de mão-de-obra empregada para o trabalho; na velocidade do processo produtivo em função das inovações biológicas (semente híbridas); e na quantidade da produção decorrente da recombinação dos recursos disponíveis a partir das inovações agronômicas (adubos químicos e orgânicos).

Foi desta forma que a produção agrícola, aliada à participação agroindustrial, modificou a vida das unidades familiares, subordinou os colonos que se capitalizaram e que lá conseguiram permanecer e, paralelamente, desqualificou e excluiu os que não acompanharam tais processos. Esta, aliás, foi a principal consequência social destas imposições político-econômicas: a descapitalização e exclusão do pequeno produtor, a partir do momento em que se padronizou a produção agrícola, que acabou por impulsioná-lo para os centros urbanos, pois as fronteiras agrícolas de toda a região já haviam se acabado.

Todos os dados obtidos, oriundos especificamente da agricultura de Ipumirim, foram reflexos das transformações ocorridas naquele setor. São os números (supracitados através dos gráficos) que, grosso modo, representam a dinamização do espaço geográf-

fico ipumirinense, onde efetivamente constatou-se a alteração da sua principal característica: “distrito agrícola”. Foram mudanças locais, mas que sempre resultaram de circunstâncias externas, que modificaram e determinaram os processos em movimento.

Notas

* Artigo financiado pelo FAP - Fundo de Apoio à Pesquisa – Universidade do Contestado, Concórdia – SC.

** Acadêmica do Curso de História da Universidade do Contestado - UnC, Campus Concórdia. marta.biesdorf@yahoo.com.br

*** Professor da Universidade do Contestado - UnC, Campus Concórdia; Mestre e Doutorando em História; orientador do presente artigo.

¹ Odilon Poli, ao conceituar quem é o camponês, esclarece muito bem, intencionalmente ou não, o modo de produção familiar. Segundo o historiador, a sua produção é voltada para “a produção de valores de uso e não valores de troca. Isso define [...] que os critérios sociais predominam sobre os econômicos. [...] Sua agricultura está voltada à manutenção de um modo de vida e não de um negócio” (2001, p. 16).

² Cecília Pick, agricultora aposentada, nasceu em 18/11/1943, em Santa Catarina. Filha de José Beno Senger e Maria Alvina Senger, que migraram para Santa Catarina no ano de 1941, se estabelecendo na comunidade de Salgado, atual Ipumirim. Entrevista concedida à Marta Biesdorf em 26/09/2008. Acervo particular da autora.

³ Deonisio Pedro Biesdorf, agricultor, nasceu em 01/10/1954 na comunidade de São Rafael- atual Ipumirim (SC). Filho de Aloísio Pedro e Maria Suzana Biesdorf, naturais de Santa Cruz do Sul (RS), que migraram para terras catarinenses no ano de 1953, para trabalhar como agricultores. Entrevista concedida a Marta Biesdorf em 26-09-2008. Acer-vo particular da autora.

⁴ Segundo o conceito de Espíndola (apud ALBA, 2002, p. 59), tais investidores, no caso da região oeste de Santa Catarina, seriam capitalistas mercantis investidores da legalização do comércio para implementar redes de escoamento de produção para outras regiões do país, com fins lucrativos próprios.

⁵ A denominação categoria conceitua o Brasil como um país de Terceiro Mundo, ou subdesenvolvido. Isso, segundo Caio Prado Jr. até o momento da “modernização” direcionada ao país, quando muda seu jargão para “país em desenvolvimento”.

⁶ A empresa Sadia é uma empresa processadora de matéria-prima que liga a produção ao consumo alimentar. Iniciara com o abatedouro de carne suína, unicamente, fundado em Concórdia no ano de 1944. Sua base foi solidificada sobre um frigorífico já existente, de nome Frigorífico Concórdia, o qual apresentava no momento sinais de crise. Atílio Fontana, o empresário, já possuía investimentos na região (moinho de trigo). Em sua biografia Fontana relata que antes de entrar neste ramo, viajara para Ipumirim (distrito na época) para verificar como se encontrava a produção de trigo e também de porcos. Fonte: FONTANA, Atílio. História da minha vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

⁷ Zoé Schmidt, nascido em 1953, trabalhou como freteiro do frigorífico Sadia, comprando suínos dos agricultores de Ipumirim e levando à empresa para o abate. Atualmente Zoé trabalha com uma granja produtora de suínos e também como freteiro de gado. Entrevista concedida a Marta Biesdorf e a Luiz Fernando Kothe em 25/01/2008. Acervo particu-ular dos pesquisadores.

⁸ Hilário Refati residente na cidade de Ipumirim – SC, desde 1980. Conhecido como extensionista rural, Refati atuou na cidade como servidor do programa da ACARESC (Associação de Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) desde a sua chegada ao município. Entrevista concedida a Marta Biesdorf e Luiz F. Kothe em 02/02/2008. Acervo do pesquisadores.

⁹ Deonilo Kothe, 57 anos de idade, professor da rede pública estadual de Santa Catarina, residente na localidade de Bom Sucesso, município de Ipumirim – SC. É filho de Atolin e Lina Kothe, colonos pioneiros da então vila Bom Retiro - distrito de Concórdia. Entrevista realizada em 25/02/2008 por Marta Biesdorff. Acervo da pesquisadora.

Referências

ALBA, Rosa Salete. **Espaço Urbano:** os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

POLI, Odilon L.. **Cultura e modo de vida Camponês no Oeste Catarinense:** as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. Chapecó: Argos, 2002.

ESPINDOLA, José Carlos. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia.** Chapecó: Grifos, 1999.

HOBSBAWM. Eric J. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola:** um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC). Ijuí: Unijuí, 2003.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POLI, Odilon Luiz. Camponeses no Oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM. **Campo e Cidade.** Chapecó: Argos, 2001.

RADIN, José C. **Facetas da colonização italiana:** Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003.

DESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.